

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

*SPECIAL EDUCATION POLICY IN BRAZIL IN
THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC*

*POLÍTICA DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN BRASIL
EN EL CONTEXTO DE LA PANDEMIA DE COVID-19*

SUELEN PRISCILA FERREIRA ALVES¹

ROSIMEIRE MARIA ORLANDO¹

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP - Brasil

RESUMO A pandemia da COVID-19 impactou sobre diferentes áreas da sociedade, dentre elas a educação. Neste contexto, políticas de Educação Especial foram lançadas nos últimos dois anos e produções acadêmicas foram realizadas acerca destas políticas. A análise destas produções torna-se importante para compreender as propostas anunciadas neste momento e para momentos futuros. Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar a produção acadêmica brasileira e a interface com a política de Educação Especial no Brasil no contexto de pandemia da COVID-19 (2020 – 2022). A busca foi realizada nas plataformas digitais de periódicos da Capes e SciElo. Foram selecionados cinco artigos sobre a política de Educação Especial brasileira em tempos de pandemia (2020 – 2022). A análise das produções aponta para a influência de organizações privadas na elaboração de políticas desta área, estas organizações apresentam propostas para o momento e para o futuro da educação brasileira. A proposta para a escolarização mantém recomendações dos períodos anteriores e intensifica a individualização do estudante público-alvo da Educação Especial.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO ESPECIAL; POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO; EDUCAÇÃO BÁSICA.

ABSTRACT The COVID-19 pandemic has impacted different areas of society, including education. In this context, Special Education policies were launched in the last two years and academic productions were made about these policies. The analysis of these productions becomes important to understand the proposals announced at this moment and for future moments. In this way, the objective of this article is to analyze the Brazilian academic production and the interface with the Special Education policy in Brazil in the context of the COVID-19 pandemic (2020 - 2022). The search was carried out on the digital platforms

of Capes and SciElo journals. Five articles on Brazilian Special Education policy in times of a pandemic (2020 - 2022) were selected. The analysis of the productions points to the influence of private organizations in the elaboration of policies in this area, these organizations present proposals for the moment and for the future of Brazilian education. The proposal for schooling maintains recommendations from previous periods and intensifies the individualization of the target public student of Special Education.

KEYWORDS: SPECIAL EDUCATION; PUBLIC POLICIES IN EDUCATION; BASIC EDUCATION.

RESUMEN La pandemia de COVID-19 ha impactado en diferentes áreas de la sociedad, incluida la educación. En este contexto, en los últimos dos años se lanzaron políticas de Educación Especial y se realizaron producciones académicas sobre estas políticas. El análisis de estas producciones cobra importancia para comprender las propuestas anunciadas en este momento y para momentos futuros. De esta forma, el objetivo de este artículo es analizar la producción académica brasileña y la interfaz con la política de Educación Especial en Brasil en el contexto de la pandemia de COVID-19 (2020 - 2022). La búsqueda se realizó en las plataformas digitales de las revistas Capes y SciElo. Se seleccionaron cinco artículos sobre la política de Educación Especial brasileña en tiempos de pandemia (2020 - 2022). El análisis de las producciones apunta para la influencia de organizaciones privadas en la elaboración de políticas en esta área, estas organizaciones presentan propuestas para el momento y para el futuro de la educación brasileña. La propuesta de escolarización mantiene recomendaciones de periodos anteriores e intensifica la individualización del estudiante público-objetivo de la Educación Especial.

PALABRAS CLAVES: EDUCACIÓN ESPECIAL; POLÍTICAS PÚBLICAS EN EDUCACIÓN; EDUCACIÓN BÁSICA.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte de um projeto amplo intitulado Pessoas com Deficiência no Brasil e COVID-19: direitos sociais em foco e dos estudos entre os grupos de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação-Educação Especial/NEPE-DE-EEs/UFSCar e do Núcleo de estudos críticos e pesquisas em educação e desigualdade social e tem como objetivo problematizar as condições de vida da população brasileira, principalmente das pessoas com deficiência, frente à pandemia e ao impacto na sua escolarização.

No âmbito deste projeto mais amplo nos debruçamos sobre a análise da produção acadêmica brasileira em interface com a política de Educação Especial no Brasil. Para realizar esta análise foi necessário buscar a compreensão sobre o contexto social, político e econômico do Brasil nesse período atravessado pela pandemia da COVID-19 e as relações com a Educação Especial.

A pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV 2), foi decretada pela OMS, no dia 11 de março de 2020 (OPAS, 2020). Esta pandemia representa uma crise de ordem neoliberal, o SARS-CoV 2 (2020) soma-se às outras zoonoses produzidas nesse período, entre elas a gripe aviária (H5N1-2005), gripe A (H1N1-2009), a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV-2012) e o Ebola-2014 (NUNES, 2020).

O SARS-CoV 2 gera um quadro clínico que pode variar de uma infecção assintomática a quadros respiratórios graves. A falta de tratamentos específicos para a doença levou os países a uma corrida pela vacina. No Brasil, a primeira vacina foi aplicada em 17 de janeiro de 2021 (WHO, 2022). Desta forma, durante o ano de 2020 a principal recomendação era do distanciamento social.

Apesar de não se aplicar a todos, o distanciamento social foi a medida mais adotada nos diferentes países para a contenção do vírus. Esse distanciamento pode ser subdividido em distanciamento social ampliado, quando se exige a paralisação de todos os setores não essenciais, o distanciamento social seletivo que é direcionado para os grupos de risco e o Bloqueio Total (lockdown) que é o isolamento de um perímetro impedindo a saída e entrada de pessoas (BRASIL, 2020a).

Na contramão das recomendações dos pesquisadores, a burguesia brasileira inicia a campanha “O Brasil não pode parar”. De acordo com Frigotto (2020), durante a pandemia, a burguesia empresarial brasileira mostrou de forma ainda mais cruel a desigualdade já existente. Campanhas como “O Brasil não pode parar”, não só desdenham da ciência e das orientações da OMS como também marcam a participação ativa dessa classe nas milhares de mortes no país.

No dia 8 de abril de 2021, o Brasil registrou 4.249 óbitos pela doença em 24 horas. Até o momento, 02 de agosto de 2022, foram registrados no mundo, 575.887.049 casos confirmados de COVID-19, com 6.398.412 óbitos. No Brasil, de 26 de fevereiro, até 02 de agosto de 2022 foram confirmados 33.833.900 casos com 678.514 óbitos, o país ocupa o terceiro lugar em casos, sendo os dois primeiros Estados Unidos da América, com 90.236.371 casos confirmados e Índia, com 44.050.009 casos confirmados. No número de óbitos o Brasil está atrás somente dos Estados Unidos da América com 1.020.010 óbitos em decorrência da COVID-19 (WHO, 2022).

Nessa disputa, entre o discurso científico e o econômico, as classes subalternas foram as mais afetadas pela pandemia da COVID-19. Para Zen, Melo e Louback (2020, p.142), “os grupos subalternos, não tiveram escolha entre se proteger do vírus ou padecer a fome, e foram premidos pela necessidade de sobrevivência a trabalhar”. De acordo com os autores, a letalidade entre pessoas pretas e pardas e pessoas com deficiência é maior quando comparada às pessoas brancas.

Segundo Batista *et al.* (2020), na Nota Técnica 11 – 27/05/2020, a progressão dos casos confirmados da COVID-19 no Brasil tem influência dos fatores socioeconômicos. Ao comparar os dados de letalidade por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) de pacientes brancos com pacientes pretos/pardos, em relação à escolaridade, os autores chegam ao seguinte resultado:

[...] pretos e pardos apresentaram maior percentagem de óbitos em relação aos brancos, em todos os níveis de escolaridade. Desta forma, pretos e pardos sem escolaridade mostraram uma proporção 4 vezes maior de morte do que brancos com nível superior (80,35% contra 19,65%). Além disso, pretos e pardos apresentaram proporção de óbitos, em média, 37% maior do que brancos na mesma faixa de escolaridade, com a maior diferença sendo no nível superior (50%). (BATISTA *et al.*, 2020, p. 06)

De acordo com Saviani (2020), o Brasil se encontra nestas condições por escolhas do governo federal, pois o país conta com o maior Sistema Universal de Saúde do planeta e teria condições de ser protagonista na luta contra a COVID-19. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Lei 8.080 de 1990 (BRASIL, 1990), derivada da Constituição Federal (1988) que declara a saúde como direito de todos e dever do Estado. Mesmo com o sucateamento deste sistema provocado pelos últimos anos de políticas neoliberais e sem uma direção do governo federal, o SUS tem mitigado o impacto da pandemia sobre o país, que poderia ser ainda pior.

Além do SUS o país é reconhecido mundialmente pelo Plano Nacional de Imunização que completará 50 anos em 2023. “Na Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), braço da Organização Mundial de Saúde (OMS), o PNI brasileiro é citado como referência mundial” (BRASIL, 2003, p. 7).

Apesar destes fatores que poderiam ter auxiliado no enfrentamento da pandemia, o governo federal optou pela omissão (SAVIANI, 2020). Diante desta realidade, a pandemia escancarou as desigualdades existentes no país. De acordo com o Sistema Nacional de Informação Sobre o Saneamento no ano de 2020,

[...] 2.807 municípios (59,2% da amostra) contam com sistemas públicos de esgotamento sanitário. Em 1.937 (40,8%) são utilizadas soluções alternativas individuais como fossa séptica, fossa rudimentar, vala a céu aberto e lançamento em cursos d’água. Dessas alternativas, apenas a fossa séptica é considerada como adequada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) (SNIS, 2021, p. 51).

O desemprego no Brasil, no ano de 2020, saltou de 11,2% para 12,6%, mais de 700 mil autônomos ficaram sem renda, a maioria, mulheres negras (TEIXEIRA, 2020).

Em consequência do desemprego e do endividamento da família, o acesso aos alimentos foi reduzido. Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Penssan (2021) apontou que 52,4% daqueles que têm renda familiar per capita mensal de meio a um salário mínimo apresentaram algum nível de Insegurança Alimentar (IA) (IA leve: 37,0%; IA moderada: 8,9%; IA grave: 6,5%). A IA moderada é de 15,9% para os lares com responsáveis do sexo feminino, contra 7,7% em lares com responsáveis do sexo masculino e de 13,7 para raça/cor da pele preta/parda, contra 8,9% branca.

É possível perceber que as classes subalternas foram as mais afetadas pela pandemia da COVID-19, fatores sociais, políticos e econômicos interferiram diretamente na adoção da medida de distanciamento social e na administração da vacina. Todos esses fatores interferiram em várias áreas da sociedade, dentre elas, a área da educação.

EDUCAÇÃO E PANDEMIA DA COVID-19

Com os riscos de contaminação no Brasil e a adoção do distanciamento social, as escolas e universidades suspenderam seus calendários acadêmicos. A princípio algumas entidades federativas optaram por antecipar o recesso do meio do ano. Em primeiro de abril

de 2020, a Medida Provisória nº 934 estabeleceu as normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e ensino superior em tempo de pandemia, garantindo no artigo 1 que

O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 2020b, p.1)

Com essa flexibilização no mínimo de dias letivos, os estados começaram a discutir as possibilidades de atividades remotas. O Conselho Nacional de Educação elaborou o parecer 5/2020, que tem como assunto a “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19” (BRASIL, 2020c). De acordo com o Conselho Nacional de Educação, cada instituição deveria encontrar a melhor solução para o seu caso em particular, mas sugere a organização de atividades remotas justificada nas dificuldades para repor toda a carga horária posteriormente. O parecer foi parcialmente homologado em 1 de junho de 2020.

O ensino remoto se diferencia da Educação a Distância (EaD). Portanto, trataremos essas atividades como atividades remotas, atividades não presenciais ou ensino remoto emergencial. No trabalho de Joye, Moreira e Rocha (2020) foi realizada uma diferenciação entre as atividades educacionais remotas emergenciais e a EaD. Os dois termos têm sido ponto de confusão e discussão entre estudantes, pais, professores e pesquisadores. As autoras apresentam no artigo um quadro com as principais diferenças entre estas duas atividades, dentre estas diferenças destacamos, o perfil do aluno, conteúdo educacional, formação docente e eficácia.

A EaD é destinada para estudantes adultos, com os conteúdos desenvolvidos para este modelo educacional, amplo envolvimento de outros profissionais além dos professores, os estudantes têm ao menos 20% de atividades presenciais, os professores têm formação para atuar nesta área e a eficácia pode ser comprovada por mais de 100 anos de atuação e pesquisas consolidadas. Enquanto isso, as atividades educacionais remotas emergenciais são indicadas para todos os estudantes em situações emergenciais, o conteúdo educacional é basicamente uma transposição do presencial, os professores não têm formação ou apenas uma formação aligeirada, no Brasil ainda não tem como comprovar sua eficácia, em países em conflitos como Afeganistão e Bósnia esse modelo educacional ocorre com sucesso (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020).

Da mesma forma, Saviani (2020) afirma que o ensino remoto não preenche os requisitos definidos pela EaD. De acordo com o autor, “o ensino remoto não pode se equivaler ao ensino presencial, sendo admitido apenas como exceção; e se diferencia da Educação a Distância porque também não preenche os requisitos definidos para essa modalidade” (SAVIANI, 2020, p. 5-6). Saviani (2020) ainda ressalta, que mesmo para funcionar como substituto do ensino presencial seria necessário preencher alguns requisitos como: acesso

de todos os estudantes e professores aos aparelhos e internet necessários para o desenvolvimento desta modalidade e que todos os estudantes sejam alfabetizados e tenham conhecimentos suficientes para o uso dos meios digitais. Infelizmente, apesar do não preenchimento destes requisitos o ensino remoto tem sido adotado por diversas redes de ensino.

De acordo com Saviani (2020), diante da atual conjuntura não só da pandemia, como também do momento histórico e político, o país tem vivenciado o desmonte da educação nacional. Diante da realidade brasileira apresentada, de extrema desigualdade social e severas dificuldades para o enfrentamento da pandemia, a adoção de atividades remotas pode estar naturalizando a exclusão (COLEMARX, 2020). Para Oliveira, Gomes e Barcellos (2020), ao olhar para as evidências apresentadas anteriormente na educação brasileira essas atividades são pouco promissoras. Seria mais pertinente neste tempo a realização de atividades de leitura e escrita (SAVIANI, 2020).

Apesar destas evidências de que acompanhar as atividades remotas, não é uma realidade possível para todos os estudantes, alguns estudos apontam tentativas da realização destas atividades. No Ceará, foi encontrado que durante a quarentena as escolas estaduais e municipais estavam enviando roteiros de atividades educacionais remotas para os estudantes (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020).

No artigo de Nascimento e Santos (2020) são retratados alguns dos relatos de pais, estudantes e professores que viraram notícias, neste período. Os relatos apontam que algumas famílias estavam desesperadas sem ter acesso à internet em casa, outros iam até as escolas pegar os materiais, mas a falta de infraestrutura colocou familiares e profissionais em risco. Diante das condições econômicas de algumas famílias, os responsáveis pela casa precisaram sair para trabalhar e os estudantes ficavam sozinhos em casa, algumas famílias nem sequer tinham acesso à água tratada. De acordo com as autoras, quando os governos lançam esses pacotes educacionais e deixam milhões de estudantes de fora estão operando políticas públicas de exclusão.

Diante deste quadro, além de muitos alunos não terem acesso às atividades, os resultados daqueles que têm o acesso ainda é muito incerto. Os 10 professores que participaram do estudo de Wenczenovicz (2020) disseram que se sentiam inseguros com a instituição do ensino remoto e estavam muito incertos com relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Almeida e Dalben (2020) fizeram um estudo de caso instrumental, no qual analisaram a experiência de uma escola pública do estado do Paraná, neste período. De acordo com as autoras, as atividades estavam sendo disponibilizadas pelo *classroom*¹ ou impressas e as aulas podiam ser assistidas pela televisão, ou YouTube. As atividades estavam sendo elaboradas e disponibilizadas pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), os professores podiam apenas manter, alterar ou complementar estas atividades. Foi possível observar que na escola investigada a direção tinha se envolvido para criar ações que possibilitassem o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos. Apesar desse envolvimento e de todo o trabalho realizado pelos professores, existiam alunos que nem sequer podiam manter sua subsistência, condições que fogem às possibilidades reais da escola.

Os direitos dos povos indígenas também foram negados durante o período de pandemia. De acordo com Silva (2020), os povos indígenas em Pernambuco enfrentaram um

¹ Plataforma online criada pela Google para gerenciar conteúdos para escolas

descaso por parte do Governo Federal com relação às políticas públicas de saúde e subnotificação dos casos e óbitos por COVID-19. Os povos indígenas que vivem em constantes lutas por seus direitos se viram mais uma vez neste processo. Lutam também por uma educação específica, diferenciada e intercultural que proporcione aumento da solidariedade com estes povos.

Os estudos encontrados, até o momento, apontam que a COVID-19 no Brasil ampliou as desigualdades sociais e educacionais já existentes no país. Enquanto alguns estudantes tiveram condições de realizar todas as atividades com apoio dos responsáveis, outras famílias nem sequer tiveram condições de se manter neste período. A exclusão dos estudantes em especial daqueles que compõem as classes subalternas é escancarada.

Os docentes também encontraram inúmeras dificuldades durante este período. O trabalho docente no Brasil é precário desde sua consolidação, os baixos salários, ampla jornada de trabalho, tamanho das turmas, razão professor/aluno, rotatividade/itinerância formação inicial precária, fazem parte da história do país (SAMPAIO; MARIN, 2004; SAVIANI, 2009). Com a pandemia da COVID-19, os professores que já enfrentavam inúmeros desafios precisaram se adaptar às novas condições de vida e trabalho.

De acordo com Lara (2020), é preciso atentar para a história do trabalho docente ao falar deste período, pois este sempre foi um trabalho ubíquo, isto é, aquele que ultrapassa as dimensões espaço-temporal, a jornada de trabalho sempre foi prolongada. De acordo com o autor, a pandemia exacerba esta relação já histórica, transforma o espaço da casa em ambiente único de trabalho, forçando os professores a ensinar sem a estrutura existente na escola ou prover estas estruturas para suas casas por conta própria, os professores perderam também os limites entre espaços públicos e privados. Diante deste contexto, as estratégias criadas por professores e estudantes para superar este tempo são romantizadas e essa romantização potencializa o discurso para precarizar ainda mais este trabalho (LARA, 2020).

Paes e Freitas (2020) realizaram um estudo com o objetivo de investigar a percepção de professores da educação básica acerca do ensino remoto durante este tempo de pandemia. De acordo com os resultados, os desafios impostos às atividades docentes se intensificaram durante a pandemia, entre eles, a sobrecarga de trabalho, dificuldades de acesso e de uso dos recursos tecnológicos e a necessidade de capacitação.

Além do aumento da precarização do trabalho do professor, neste período, os autores apontaram também a responsabilização do professor por todo o processo de educação do estudante. Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) realizaram uma pesquisa a partir da seção de notícias de três sites de sindicatos do Rio Grande do Sul. De acordo com os resultados dos discursos analisados pelos autores, em um primeiro momento, escolas e redes não conseguiram dar suporte aos professores para a realização do ensino remoto, desta forma, os professores receberam a maior parte da responsabilidade de lidar com essa questão de forma individualizada. Diante desta condição houve uma intensificação do trabalho do professor o que ampliou a exaustão docente e os professores precisaram lidar com essa situação ao mesmo tempo que administravam o estresse e ansiedade causada pelo atual momento.

Outro ponto que deve ser destacado é a questão das famílias. Os estudantes e seus responsáveis vivenciaram o momento de pandemia na atual conjuntura brasileira, com o desmonte da educação pública e a precarização do trabalho do professor. Estas famílias,

que lidaram com o medo da contaminação, do desemprego, por vezes enlutadas ou mesmo sem condições financeiras para manter o básico para a sobrevivência, precisaram lidar também com o ensino remoto.

Pedrosa e Dietz (2020) realizaram uma pesquisa com 105 responsáveis por estudantes, de acordo com os resultados, os mesmos se sentem inseguros e despreparados para acompanhar os estudantes em suas atividades, acreditam que nem todos os estudantes estão tendo acesso e para alguns pais o ensino a distância deveria ser direcionado apenas para o ensino superior. Neste artigo os autores usam o termo ensino a distância para caracterizar o ensino remoto que estava acontecendo naquele momento.

A percepção dos estudantes acerca das atividades remotas foi analisada por Medicini, Tatto e Leão (2020). Participaram da pesquisa, 118 estudantes de escolas públicas e privadas do município de Querência/MT. Para os estudantes desta pesquisa a escola ainda é destacada como o ambiente propício para a educação e a figura do professor não pode ser substituída, o ambiente familiar nem sempre é ideal para a aprendizagem remota, a qualidade do ensino remoto, segundo os alunos, está entre regular e péssima, os resultados também indicam que as condições de acesso e aprendizagem são diferentes entre as duas redes.

Percebemos que os pais e participantes das pesquisas sentem falta da escola presencial e ainda estão muito incertos com os resultados do ensino remoto. Se ainda existem muitas incertezas com relação às aulas remotas, maiores ainda são as incertezas com relação ao retorno das aulas presenciais. De acordo com Gatti (2020) e Oliveira, Gomes e Barcelos (2020), nem todos os alunos tiveram acesso ao ensino remoto, muitos não puderam contar com o apoio dos pais neste momento e existem alunos que precisam de atendimentos especializados.

Diante desta realidade, os autores afirmam que o retorno deve ocorrer com muita cautela. Algumas condições são necessárias para o retorno, como, preparação dos gestores, educadores e funcionários para receber os alunos, condições básicas de infraestrutura e higiene para manter os cuidados na escola, avaliação dos estudantes para compreender o que foi aprendido neste tempo. Os autores ainda ressaltam que é preciso levar em conta que muitas famílias entre os funcionários e estudantes podem ter adoecido neste tempo ou ter perdido entes queridos.

Em tempos de pandemia da COVID-19 a educação é mais uma vez negada à classe subalterna e como vimos na Nota Técnica 11 – 27/05/2020 pretos e pardos sem escolaridade tem uma proporção maior de morte (BATISTA *et al.*, 2020). Ao não ter acesso à escolarização esta classe precisa aceitar qualquer tipo de trabalho em troca de alimentação.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PANDEMIA DA COVID-19

Os questionamentos sobre a adoção do ensino remoto no país são ainda maiores para estudantes com deficiência². Ao problematizarmos as condições de vida das pessoas com deficiência durante a pandemia da COVID-19, percebemos que alguns estudos apontam uma possível maior vulnerabilidade de pessoas com deficiência visual e intelectual para

² Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

contrair o vírus, por características de locomoção, acesso às informações e condições de compreender e adotar as medidas de proteção ou alterações imunológicas associadas (ALEXANDER, 2020; TURK *et al.*, 2020; WONG, 2005; COURTENAY, PERERA, 2020; WRIGHT, STEINWAY, JAN, 2020; LANDES *et al.*, 2020; ESPINOSA, 2020; DE CAUWER, SPAEPEN, 2020; MILLS *et al.*, 2020; SENJAM, 2020). De acordo com Cuypers *et al.* (2020) na pandemia de gripe anterior 2017 – 2018, a mortalidade entre pessoas com deficiência intelectual foi três vezes maior na população Holandesa.

As condições socioeconômicas das pessoas com deficiência também podem torná-las mais vulneráveis à contaminação durante o período da pandemia. De acordo com Orlando e Caiado (2014), 47,50% das pessoas com deficiência, maiores de 10 anos sobrevivem com uma renda de até 1 salário mínimo.

Da mesma forma, como podem ser mais vulneráveis ao vírus, as pessoas com deficiência podem estar mais vulneráveis também a abusos durante esse período. De acordo com Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017), nos anos de 2011 a 2014, 69,9% das vítimas de estupro eram crianças e adolescentes, 10,2% possuíam alguma deficiência física e/ou mental e 73,0% dos abusadores eram pessoas conhecidas.

Todos esses fatores precisam ser refletidos ao pensarmos nas possibilidades do ensino remoto para essa população. De acordo com pesquisas recentes, nem todos os estudantes atendidos pela Educação Especial têm acesso a pacotes de internet, computadores ou tablets, alguns alunos, sequer, conseguem fazer parte dos grupos de WhatsApp (NETA; DO NASCIMENTO; FALCÃO, 2020; DA SILVA FILHO; SILVA, 2020; DE SOUZA; VIERA, 2020).

Assim como os estudantes, os professores da Educação Especial também não receberam recursos tecnológicos ou orientações para atender seus alunos. Desta forma as ações da Educação Especial foram desenhadas a partir da comunidade, dos pais, professores, alunos e universidades (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2020; NETA, DO NASCIMENTO; FALCÃO, 2020).

Os pais encontraram dificuldades para auxiliar os estudantes por falta de formação e de tempo (NETA; DO NASCIMENTO; FALCÃO, 2020; NUNES; DUTRA, 2020; DA SILVA FILHO; SILVA, 2020). Carvalho *et al.* (2020) fizeram um estudo no qual 84 mães de crianças de seis a doze anos, com necessidades específicas, responderam um questionário sobre o ensino remoto. De acordo com as autoras, 75% das mães têm dificuldade de manter a rotina, das 30,1% que possuíam outros filhos além daquele com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, 70,7% dizem que as dificuldades dos filhos com deficiência, no ensino remoto, são maiores quando comparado aos filhos sem deficiência.

Os estudos sobre a Educação Especial neste período apontam que as condições impostas pela pandemia da COVID-19 escancaram os desafios da Educação Especial. Durante este período são lançados também documentos nacionais e internacionais para direcionar a área.

Compreendemos que estas políticas se dão no âmbito de um Estado Integral, composto por uma relação dialética entre sociedade política que é o aparelho de governo e a sociedade civil que é formada por organismos sociais orgânicos à classe dirigente e as classes subalternas em disputa pela hegemonia (GRAMSCI, 2017). No Brasil, as políticas de Educação Especial são historicamente disputadas por organismos sociais orgânicos à classe dirigente. Ao longo da história desta área podemos ver instituições enquanto apare-

lhos privados de hegemonia que formulam e influenciam na formulação de políticas da área (RAFANTE, 2016; SILVA; MELO, 2016).

As políticas da Educação Especial são atravessadas pela pandemia da COVID-19. Para tentar compreender melhor esse cenário, realizamos um balanço de produções científicas sobre a temática, com o objetivo de analisar a produção acadêmica brasileira e a interface com a política de Educação Especial no Brasil no contexto de pandemia da COVID-19 (2020 – 2022). Foi realizado um estudo de revisão da literatura que permite encontrar o maior número possível de resultados de forma organizada o que maximiza a busca (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A busca foi realizada no período de janeiro a julho de 2022, nas plataformas digitais de periódicos da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por meio do acesso CAFE – Comunidade Acadêmica Federada e na SciELO- Scientific Electronic Library Online. Com os seguintes descritores e suas combinações: educação especial and coronavírus, educação especial and COVID-19, educação especial and pandemia e educação especial and política educacional.

Os critérios de inclusão foram: artigos de revisão, ensaios teóricos críticos ou empíricos, realizados nos anos de 2020, 2021 e 2022, sobre a política de Educação Especial brasileira em tempos de pandemia. Foram excluídos artigos que tratassem sobre o ensino superior, a educação profissional, realizados no âmbito das instituições federais ou privadas.

Os artigos foram selecionados pelo título, posteriormente, fizemos a leitura dos resumos e excluímos os trabalhos duplicados. Os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número de artigos encontrados para cada combinação de descritores na busca realizada na plataforma de periódicos da Capes foi registrado na tabela 01.

Tabela 1 - Resultado de busca de artigos na plataforma de periódicos da CAPES

Busca	1º Termo	Booleano	2º Termo	Resultados	Seleção
Qualquer é exato	educação especial	and	covid-19	50	05
Qualquer é exato	educação especial	and	coronavírus	26	02
Qualquer é exato	educação especial	and	pandemia	53	04
Qualquer é exato	educação especial	and	política educacional	97	04
Total				226	15

Fonte: elaborado pela autora com base em coleta realizada na plataforma de periódicos da Capes

Na Tabela 2, apresentamos o número dos artigos encontrados, para cada combinação de descritores na busca realizada na plataforma de periódicos da SciELO.

Tabela 2 - Resultado de busca de artigos na plataforma de periódicos da SciELO

Busca	1º Termo	Booleano	2º Termo	Resultados	Seleção
Todos os índices	educação especial	and	covid-19	19	00
Todos os índices	educação especial	and	coronavírus	05	00
Todos os índices	educação especial	and	pandemia	18	00
Todos os índices	educação especial	and	política educacional	14	00
Total				56	00

Fonte: elaborado pela autora com base em coleta realizada na plataforma de periódicos da SciELO

Na figura 01, apresentamos o percurso realizado para a seleção dos trabalhos a serem analisados.

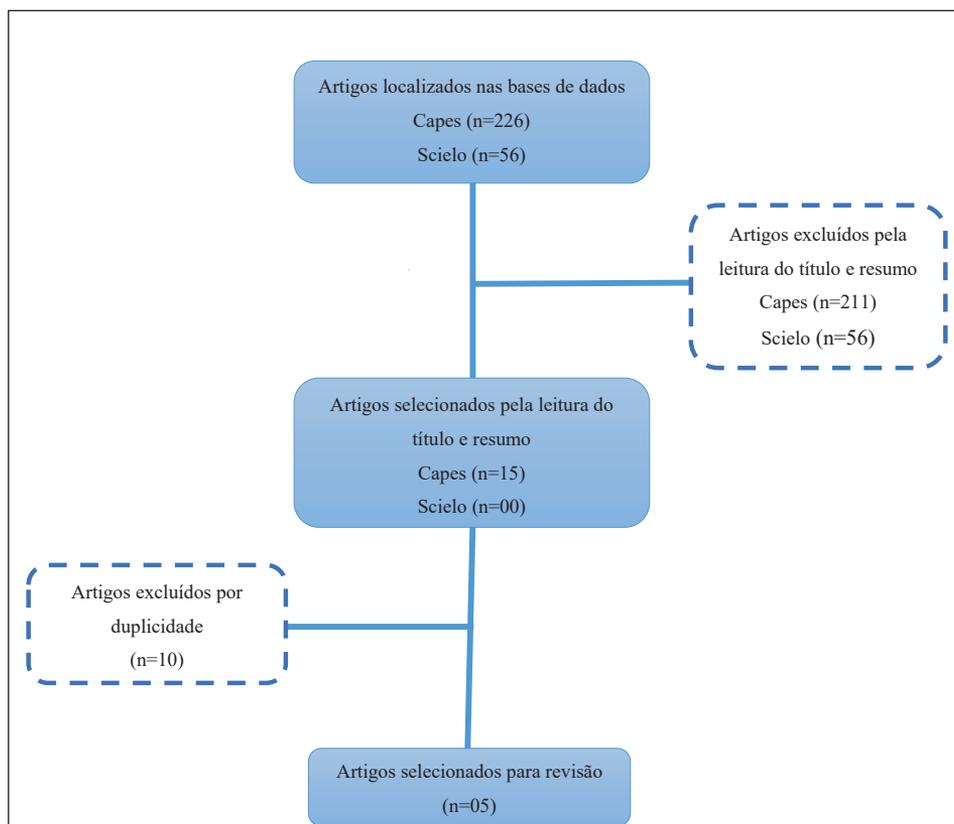


Figura 1- Fluxograma do percurso realizado para a seleção dos trabalhos

Fonte: elaborado pela autora a partir das buscas realizadas nas plataformas digitais

Ainda são encontrados poucos estudos sobre a política de Educação Especial, neste período, nas bases selecionadas, em decorrência do período de tempo dos acontecimentos. Selecionamos cinco artigos que tinham como foco a política de Educação Especial no período da pandemia da COVID-19. No quadro 1 apresentamos as características dos trabalhos selecionados.

Quadro 1 - Resultado de busca de artigos nas plataformas de periódicos Capes e Scielo

Autores	Títulos	Periódicos
Leandro BASTA Suzana Marssaro Santos SAKAUE Kellcia Rezende SOUZA	Políticas de in/exclusão escolar no contexto da pandemia de covid-19	Nuances Estudos sobre Educação
Alessandra Andrade CARDOSO Gustavo Diniz de Mesquita TA-VEIRA Guilherme Pereira STRIBEL	Educação especial no contexto de pandemia: reflexões sobre políticas educacionais	Revista Teias
Gesilaine Mucio FERREIRA Erika Ramos JANUÁRIO Jani Alves da Silva MOREIRA	Políticas para a educação especial inclusiva no Paraná e a covid-19: ensino remoto emergencial.	Revista Teias
Kamille VAZ Lilium Guimarães de BARCELOS Rosalba Maria Cardoso GARCIA	Propostas para a educação especial em tempos de pandemia: exclusão escancarada	Olhar de professor
Kamille VAZ	Educação Especial, pandemia e o projeto educativo do capital: a produção de um consenso	Revista Linhas

Fonte: elaborado pela autora nos trabalhos encontrados nas plataformas de periódicos da Capes e Scielo

Os cinco trabalhos selecionados realizaram análise documental. Os documentos selecionados pelos autores são internacionais, nacionais, estaduais e municipais, elaborados por instituições públicas e privadas. No quadro a seguir apresentamos os documentos nacionais e internacionais analisados nestes estudos.

Quadro 2 - Documentos nacionais e internacionais analisados pelos estudos selecionados

Organismo	Título/Súmula	Data
Banco Mundial	Educational policies in the Covi-19 pandemic: what can Brasil learn from the resto f the world?	04/2020
Banco Mundial	The COVID-19 pandemic: shocks to education and policy response	05/2020
Banco Mundial	COVID-19 in Brazil: impacts and policy responses	06/2020
Unesco	COVID-19: 10 Recommendations to plan distance learning solutions	03/2020
Unesco	Declaração sobre a COVID-19: considerações éticas sob perspectiva global	04/2020
Unesco	Consequências adversas do fechamento das escolas	2020
Unesco	Ações da Representação da Unesco no Brasil em resposta à COVID-19	2020
Unesco	Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education: All means all	2020
Ministério da Educação	Portaria nº 343. Substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19	03/2020
Ministério da Educação	Medida Provisória nº 934. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020	04/2020
Ministério da Educação	Portaria nº 376. Dispõe sobre as aulas de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19	[2020?]
CNE	Nota de Esclarecimento. Esclarecimento aos sistemas e às redes de ensino em função da suspensão das atividades escolares para o enfrentamento da COVID-19	03/2020
CNE	Parecer CNE/CP nº 5. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de computo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19	04/2020
CNE	Parecer CNE/CP nº 9. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020	06/2020
CNE	Parecer CNE/CP nº 11. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.	07/2020
CNE	Parecer CNE/CP nº 15. Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020	10/2020
Todos Pela Educação	Nota Técnica: o retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da COVID-19	05/2020
Instituto Rodrigo Mendes	Protocolo sobre Educação Inclusiva durante a pandemia da COVID-19: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais	2020
Conhecimento Social	Retratos da educação no contexto da pandemia do Coronavírus: um olhar sobre múltiplas desigualdades	2020

Fonte: elaborado pela autora baseado nos estudos encontrados (BASTA; SAKAUE; SOUZA, 2021; CARDOSO; TAVEIRA; STRIBEL, 2021; FERREIRA; JANUÁRIO; MOREIRA, 2021; VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021; VAZ, 2021)

Além dos documentos a nível nacional e internacional foram analisados também documentos do estado de Santa Catarina e Paraná e do município de Florianópolis.

Apresentaremos a análise dos estudos selecionados em dois eixos: 1) Instituições privadas e a política de Educação Especial em tempos de pandemia da COVID-19; 2) Proposta para Educação Especial em tempos de pandemia da COVID-19: manutenções e mudanças.

INSTITUIÇÕES PRIVADAS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

A história da Educação Especial no Brasil é marcada pela presença das instituições privadas (KASSAR, 2011a; LEHMKUHL, 2021). Esta condição se mantém durante o período da pandemia, como podemos ver pelos estudos encontrados, neste balanço de produções. Dos cinco artigos selecionados, quatro incluíram documentos de instituições privadas em suas análises (BASTA; SAKAUE; SOUZA, 2021; FERREIRA; JANUÁRIO; MOREIRA, 2021; VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021; VAZ, 2021).

Dentre as instituições privadas, os estudos destacaram a influências das recomendações de organizações multilaterais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial da Saúde (OMS) Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Banco Mundial.

Uma das ações da Unesco foi lançar a Coalizão Global de Educação COVID-19. Formada por organizações multilaterais e empresas privadas como Microsoft, Google, Facebook, Moodle, entre outras (VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021). Segundo a organização, a coalizão tem como objetivos: “mobilizar atores e recursos para desenvolver respostas efetivas e unificadas”; “coordenar ações para maximizar o impacto, evitar a sobreposição e alcançar os desfavorecidos”; “combinar necessidades específicas com soluções locais e globais”; “fornecer educação a distância, utilizando abordagens de baixa ou alta tecnologia, ou mesmo sem nenhuma tecnologia” (UNESCO, 2022, n.p.).

O Banco Mundial, em consonância com a UNESCO, recomenda o ensino remoto para este período. Para que o ensino remoto aconteça, essas organizações multilaterais, naturalizam as desigualdades existentes no país e indicam que sejam feitos investimentos em acesso à banda larga, fornecimento de tecnologias e formação de professores. As organizações propõem parcerias com empresas privadas e não expõem que estas recomendações encarecem os custos do Estado (FERREIRA; JANUÁRIO; MOREIRA, 2021; VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021).

As organizações privadas nacionais também fizeram recomendações sobre a educação, neste período. Dentre as organizações, os estudos encontrados citaram, Todos Pela Educação, Instituto Rodrigo Mendes, Conhecimento Social e Fundação Leman. De acordo com Vaz (2021), o “Todos Pela Educação” em parceria com o Instituto Sonho Grande e o Instituto Ayrton Senna, lançou o documento “Nota Técnica: O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da COVID-19”. Neste documento são apresentadas experiências de outros países e feitas recomendações para o retorno presencial (VAZ, 2021).

O Instituto Rodrigo Mendes apresenta-se como “uma organização sem fins lucrativos com a missão de colaborar para que toda pessoa com deficiência tenha uma educação de

qualidade na escola comum” (IRM, 2022). Esta organização, fundada em 1994, tem tido protagonismo na área da Educação Especial e durante a pandemia lançou o documento “Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da COVID-19: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais”. O documento segue as recomendações das organizações multilaterais e tem como principal objetivo orientar para o retorno às aulas presenciais (VAZ, 2021).

Os documentos lançados por uma instituição privada têm apoios de outras instituições, de formas que as recomendações se repetem. Sendo assim, a organização Conhecimento Social com parceria da Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), Instituto Península e Itaú Social lançou o documento “Retratos da Educação no contexto da pandemia do Coronavírus: um olhar sobre múltiplas desigualdades”. De acordo com Vaz (2021), este documento tem como principal objetivo mostrar a intensificação da desigualdade educacional brasileira durante a pandemia, tendo como principal foco a falta de formação dos professores.

De acordo com os estudos encontrados neste balanço, as recomendações feitas pelas instituições privadas estão presentes nos documentos lançados pelo Ministério de Educação e Conselho Nacional de Educação. As instituições privadas aproveitam o momento da pandemia para acelerar a privatização da educação no Brasil (VAZ, 2021). De acordo com Vaz, Barcelos e Garcia (2021, p. 7): “A inovação do ensino remoto atende aos interesses de corporações educacionais que utilizam desse momento para venderem pacotes e disseminar ideias e meios de se produzir a educação no mundo, consolidando assim o projeto educacional”.

Lamosa (2020) aponta que a classe dominante brasileira sempre teve interesse pela educação. De acordo com o autor, as pesquisas do Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ) têm identificado duas frentes de ação desta classe a frente social-liberal e a liberal ultraconservadora.

A frente social-liberal é formada por organizações como a Rede de Organização da Sociedade Civil pela Educação (REDUCA) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União Europeia. O Todos Pela Educação é uma das organizações brasileiras que compõem a Reduca. Na frente liberal ultraconservadora estão militares, burguesia e setores religiosos ligados à teoria da prosperidade (LAMOSA, 2020). De acordo com Lamosa (2020, p. 11): “No período da pandemia essas organizações vêm atuando para tentar definir a direção da política educacional, tanto na conjuntura de isolamento social e fechamento das escolas, como para o período pós pandemia”.

Os objetivos das instituições privadas vão além deste período de crise sanitária, elas aproveitaram o momento para divulgar e disseminar novas formas de fazer a educação (VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021). É neste sentido que os documentos analisados pelos pesquisadores afirmam ser possível sair com questões positivas deste momento, dentre estas, a relação entre instituições públicas e privadas. De acordo com Vaz (2021, p.120): “Nesse momento específico, com a pandemia, podemos afirmar que as organizações empresariais, caracterizadas como aparelhos privados de hegemonia da burguesia, estão em pleno movimento de fortalecimento”.

Podemos perceber que as instituições privadas estão lutando para ampliar seus espaços dentro da educação no Brasil. No próximo tópico apontaremos quais as recomendações que estas instituições em consonância com as instituições públicas, fazem acerca da Educação Especial.

PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: MANUTENÇÕES E MUDANÇAS

Os estudos encontrados no balanço de produção apontam propostas para a Educação Especial lançadas pelos documentos dos organismos públicos e privados. Das propostas apresentadas por estes estudos nos atentamos a três pontos: 1) Proposta pedagógica e curricular; 2) Responsabilização dos familiares; 3) Descentralização do trabalho do professor.

Com relação à proposta pedagógica apresentada pelos documentos os estudos, em sua maioria, vão indicar que não existem mudanças com relação ao que era apresentado antes da pandemia da COVID-19. De acordo com Ferreira, Januário e Moreira (2021), os documentos direcionados à Educação Especial fazem orientações que já eram previstas em políticas anteriores a este período. O foco principal do trabalho continua sendo sobre os recursos em ambientes separados que são realizados pelo Atendimento Educacional Especializado (VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021).

Para Vaz, Barcelos e Garcia (2021), durante o ensino remoto, as formas individualizadas de ensino como, tecnologia assistiva e Plano de Ensino Individualizado, seguem sendo indicadas, assim como eram no ensino presencial. O estudante atendido pela Educação Especial é, da mesma forma, responsabilizado pelo seu processo de escolarização.

O discurso da individualização destes estudantes está pautado na flexibilização curricular (VAZ, 2021). Estas condições fazem parte da história da Educação Especial, caminhos diferentes são traçados para os estudantes atendidos por esta área, com o discurso do respeito às diferenças individuais, esta realidade não é diferente durante a pandemia da COVID-19.

Outro ponto destacado pelos autores é o discurso de inovação usado pelos documentos para tratar sobre ações comuns ao ambiente escolar. Este é o caso das recomendações sobre a necessidade de realizar avaliações diagnósticas dos estudantes. De acordo com Vaz (2021, p. 112): “Espanta essa proposição, pois parece que essas ações são novidade no cotidiano das escolas, como se todos esses protocolos já não fizessem parte do planejamento escolar”.

Além dos pontos destacados, os estudos apontam para uma simplificação do trabalho pedagógico neste período. Esta simplificação se estende para o fato de que as próprias famílias poderiam realizar este trabalho. De acordo com Vaz, Barcelos e Garcia (2021, p.5), o trabalho pedagógico é “tratado como adaptável a toda e qualquer condição, inclusive podendo ser transferido às famílias, em especial no que se refere à Educação Especial”.

Desta forma as famílias são responsabilizadas pela escolarização dos estudantes atendidos pela Educação Especial neste período. De acordo com os estudos a ampliação do vínculo entre a família e a escola é uma das experiências que os documentos vão apresentar como inovadoras e positivas, que devem ser levadas para o futuro (VAZ, 2021; VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021).

Ao responsabilizar as famílias pela escolarização desses estudantes acontece uma descentralização do trabalho do professor. O professor é apresentado como um mediador ou facilitador do processo. Que de acordo com os documentos deve ser formado para atuar nesta realidade, formação esta, centrada na prática (VAZ, 2021).

Além desta descentralização, o trabalho docente é intensificado durante o período da pandemia, isso é somado ao risco à saúde no retorno presencial. As pesquisas apontam que o professor apresentado nos documentos é um profissional que além de multifuncional e adaptador de materiais, agora deve estar disponível 24 horas por dia, ser “treinado” para dominar as tecnologias e para produzir e disseminar conteúdos em canais digitais e dar aulas no modelo presencial e *online* concomitantemente (VAZ, 2021; VAZ; BARCELOS; GARCIA, 2021).

De forma geral, os autores indicam que a proposta de Educação Especial para tempos de pandemia intensifica as condições que já eram impostas anteriormente. Conforme Vaz (2021, p. 126): “Entretanto, o surgimento da pandemia proporcionou intensificar esse projeto de escola e de Educação Especial, destacando-se o uso de tecnologias para práticas inovadoras em prol do discurso de inclusão”.

O discurso da inclusão tem suas raízes nas recomendações internacionais e redução de custos para a escolarização dos estudantes atendidos pela Educação Especial. Alguns dos estudos encontrados em nossa busca estão em consenso com o discurso da inclusão. Como podemos ver, nos seguintes trechos: “Desse modo, apesar de ser necessário o isolamento, ele pode ressaltar que, mesmo precariamente, a escola continua sendo um baluarte de inclusão em uma sociedade excludente” (CARDOSO; TAVEIRA; STRIBEL, 2021, p. 516); “Diante do exposto, compreendemos que as ações remotas emergenciais não são equivalentes às características do ensino presencial, o que exige maiores desafios para assegurar as especificidades e as singularidades dos alunos”. Desta forma, estes estudos compreendem que o ensino remoto impõe mudanças para esta prática.

De acordo com Vaz (2021), durante este período são mantidas as condições impostas para a Educação Especial e aprofundadas. A autora menciona que neste período as organizações multilaterais, as empresas, o Conselho Nacional de Educação e os estudos encontrados, formam um consenso acerca da Educação Especial no Brasil. Nas palavras da autora,

Destaca-se nesse consenso o protagonismo da família na relação com os resultados dos estudantes, a exaltação do uso das tecnologias para as práticas pedagógicas, a individualização do processo educativo, resultando na responsabilização individual dos sujeitos envolvidos e a necessidade de se investir em treinamento para os professores se adaptarem a esse “novo” modelo educacional (VAZ, 2021, p. 127).

Podemos perceber através do consenso formulado que a proposta de Educação Especial para este período distancia-se ainda mais do papel da educação conforme Gramsci. De uma educação que permita os subalternos reverterem sua condição de subalternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos o balanço de produções acadêmicas, com o objetivo de analisar a produção acadêmica brasileira e a interface com a política de Educação Especial no Brasil no contexto de pandemia da COVID-19 (2020 – 2022). Podemos perceber que os estudos encontrados, em sua maioria, compreendem que as políticas de Educação Especial se dão no âmbito de um Estado Integral, composto conforme Gramsci (2017) pela sociedade política e sociedade civil. Desta forma, estes estudos ao apresentarem as políticas desta área neste período, apresentam os documentos criados a nível da sociedade política e aqueles criados pelas organizações privadas que compõem a sociedade civil. Os resultados dos estudos encontrados apontam a influência destas organizações nas propostas de escolarização apresentadas antes, durante e para um momento pós pandemia.

As organizações privadas aproveitam o período e oferecem respostas para a educação. As propostas que já eram indicadas são intensificadas durante a pandemia com o objetivo de disseminar a concepção de mundo destas organizações, ampliar lucros e vender pacotes de internet, materiais e cursos de formação.

Nestas condições os estudos apresentam que as propostas para escolarização dos estudantes atendidos pela Educação Especial mantêm as recomendações dos períodos anteriores a pandemia e acentuam a individualização destes estudantes. A escolarização, com o objetivo de se apropriarem de todo o conhecimento produzido pela humanidade, é negada a estes estudantes e a todos aqueles que compõem as classes subalternas. A classe dominante encontra formas para manter sua hegemonia em tempos de pandemia e, neste processo, a formação do professor para aceitar a subalternidade é um destaque destas políticas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Regi et al. Guidance for the treatment and management of COVID-19 among people with intellectual disabilities. **Journal of policy and practice in intellectual disabilities**, v. 17, n. 3, p. 256-269, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jppi.12352>. Acesso em: 28 ago. 2020.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson. Organizar o trabalho pedagógico em tempos de covid-19: no limiar do (im) possível. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sJBDSZGLL9kt4b8YMB8wRN/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BASTA, Leandro; SAKAUE, Suzana Marssaro Santos; SOUZA, Kellcia Rezende. Políticas de in/exclusão escolar no contexto da pandemia de COVID-19. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 32, n. 00, p. 021001, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9114>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BATISTA, Amanda *et. al.* Nota Técnica 11 – 27/05/2020. Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uplo->

ads/2020/05/NT11-An%C3%A1lise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunização: 30 anos. Brasília, 2003. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf. Acesso em: 1 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Especial: doença pelo coronavírus 2019. **Boletim Epidemiológico Coronavírus**. Brasília, n.07, 06 de abr. 2020a. Disponível em: <https://portalquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/06/2020-04-06-BE7-Boletim-Especial-do-COE-Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fev. 2020. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 10, 1 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 05/2020**. Brasília: Ministério da Educação, 28 abr. 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 jul. 2020.

CARDOSO, Alessandra Andrade; TAVEIRA, Gustavo Diniz de Mesquita; STRIBEL, Guilherme Pereira. Educação especial no contexto de pandemia: reflexões sobre políticas educacionais. **Revista Teias**, v. 22, n. 65, p. 510-518, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50005>. Acesso em: 29 jan. 2022.

CARVALHO, Carla Beatriz et al. Ensino Remoto e Necessidades Específicas: o papel da escola e das famílias. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 74345-74355, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17636>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz; FERREIRA, Helder. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/779>. Acesso em: 5 maio 2022.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas**. Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Faculdade de Educação – FE Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P de P.; HOHENDORFF, J. V. (orgs) **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

COURTENAY, Ken; PERERA, Bhathika. COVID-19 and people with intellectual disability: impacts of a pandemic. **Irish Journal of Psychological Medicine**, v. 37, n. 3, p. 231-236, 2020. Disponível em: Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/irish-journal-of-psychological-medicine/article/covid19-and-people-with-intellectual-disability-impacts-of-a-/EE2156045429D885B49CBBEBA5A96C5>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CUYPERS, Maarten *et al.* Mortality of people with intellectual disabilities during the 2017/2018 influenza epidemic in the Netherlands: potential implications for the COVID-19 pandemic. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 64, n. 7, p. 482—488, jul. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jir.12739>. Acesso em: 29 ago. 2020.

DA SILVA FILHO, José Gomes; SILVA, Jaynede Sousa. Um mapeamento sistemático sobre apontamentos de inclusão no Brasil durante o período pandêmico. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, v. 5, n. 2, p. 97-110, 2020. Disponível em: <https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/180>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DE CAUWER, Harald; SPAEPEN, Ann. Are patients with Down syndrome vulnerable to life-threatening COVID-19? **Acta Neurologica Belgica**, p. 1-3, maio 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7243430/#:~:text=Patients%20with%20Down%20syndrome%20are,an%20outbreak%20of%20COVID%2D19>. Acesso em: 29 ago. 2020.

DE SOUZA, Calixto Júnior; VIEIRA, Andreza Alves. A utilização das tecnologias assistivas para alunos surdos em tempos de pandemia. **Itinerarius Reflectionis**, v. 16, n. 1, p. 01-25, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/65382>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ESPINOSA, Joaquin M. Down syndrome and COVID-19: a perfect storm? **Cell Reports Medicine**, v. 1, n. 2, p. 100019, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666379120300240?fbclid=IwAR11ReH5sabfV3IZHtoMDu7sxZJ-5CBbz3QJp7mlNKDzAPzsFsdQAMibLc1w#!>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; SPINAZOLA, Carizade Cássia; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas. **Educação em Revista**, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10992>. Acesso em: 04 jul. 2021.

FERREIRA, Gesilaine Mucio; JANUÁRIO, Erika Ramos; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas para a educação especial inclusiva no Paraná e a COVID-19: ensino remoto emergencial. **Revista Teias**, v. 22, n. 65, p. 147-162, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/55782>. Acesso em: 29 jan. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 13, n. 1, p. 636-652, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44442>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GATTI, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 29-41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/abstract/?lang=pt&format=html#>. Acesso em 11 jul. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a. E-book Kindle.

IRM. Instituto Rodrigo Mendes. Apresentação. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/#nos>. Acesso em: 05 maio 2022.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LAMOSA, Rodrigo (org). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2020.

LANDES, Scott D. *et al.* COVID-19 outcomes among people with intellectual and developmental disability living in residential group homes in New York State. **Disability and**

Health Journal, v. 13, n. 4, p. 100969, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jir.12739>. Acesso em: 29 ago. 2020.

LARA, Rafael da Cunha. Ubiquidade e crise pandêmica: o que há de novo no trabalho em educação?. **Em Tese**, v. 17, n. 2, p. 24-43, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p24>. Acesso em: 11 jul. 2021.

MÉDICI, Mônica Strege; TATTO, Everson Rodrigo; LEÃO, Marcelo Franco. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, p. 136-155, 2020. Disponível em: <http://periodicosnovo.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1837>. Acesso em: 11 jul. 2021.

MILLS, William R. *et al.* Supporting individuals with intellectual and developmental disability during the first 100 days of the COVID-19 outbreak in the USA. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 64, n. 7, p. 489-496, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jir.12740>. Acesso em: 28 ago. 2020.

NASCIMENTO, Iracema Santos dos; SANTOS, Patrícia Cerqueira dos. A normalidade da desigualdade social e da exclusão educacional no Brasil. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 122-130, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53834>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NETA, Adelaide de Sousa Oliveira; DO NASCIMENTO, Romária de Menezes; FALCÃO, Giovana Maria Belém. A educação dos estudantes com deficiência em tempos de pandemia de covid-19: a invisibilidade dos invisíveis. **Interacções**, v. 16, n. 54, p. 25-48, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21070>. Acesso em: 04 jul. 2021.

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sng9pd8tLNdY3cQrDChhqPr/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 11 jul. 2020

NUNES, Rose Cristina Alves; DUTRA, Carlos Maximiliano. Ensino remoto para alunos do Atendimento Educacional Especializado. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e64291110060-e64291110060, 2020. Disponível em: <https://www.rsjournal.org/index.php/rsd/article/view/10060>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, João Batista Araujo; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 28, p. 555-578, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KphYGvL-vmGSXhBTL5F6zfw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OPAS - Organização Panamericana de Saúde. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil.** Disponível em : https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875#recomendacoes. Acesso em: 11 maio 2020.

ORLANDO, Rosimeire Maria; CAIADO, Katia Regina Moreno. Professores Universitários com Deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 811-830, jul./set. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45620>. Acesso em: 06 out. 2020.

PAES, Francisco Cleyton de Oliveira; FREITAS, Samya Semião. Trabalho docente em tempos de isolamento social: Uma análise da percepção do uso das tecnologias digitais por professores da educação básica pública. **Revista Linguagem em Foco**, v. 12, n. 2, p. 129-149, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/4050>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PEDROSA, Gabriel Frazão Silva; DIETZ, Karin Gerlach. Representações sociais de pais/responsáveis sobre o ensino à distância no contexto da pandemia do COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4921>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RAFANTE, Heulalia Charalo. História e política da educação especial no Brasil: bases teórico-metodológicas e resultados de pesquisa. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51929>. Acesso em 27 out. 2021.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 1203-1225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjz85czHRW3GcKpB9d-mNb/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice Salet; LOCKMANN, Kamila. A educação em-tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 15, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218250>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, p. 143-155, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, v. 10, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SENJAM, Suraj Singh. Impact of COVID-19 pandemic on people living with visual disability. **Indian J Ophthalmol**, v. 68, n. 7, p. 1367-1370. Disponível em: <http://www.ijo.in>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, João Henrique da; MELO, Douglas Christian Ferrari de. Atendimento educacional especializado integral e integrado: análise gramsciana de uma proposta da FENAPAES. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1652-1662, 2018.

SILVA, Edson. Povos indígenas e Educação no Semiárido pernambucano em tempos da pandemia do Coronavírus: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira do Ensino Médio**, v. 3, p. 131-142, 2020b. Disponível em: <http://www.phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/63>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SNIS. Sistema Nacional de Informação Sobre o Saneamento. **Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto**. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf. Acesso em: 01 maio 2022.

TEIXEIRA, André. Crise para quem? Grandes corporações lucraram bilhões durante a pandemia. **OXFAM Brasil**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/crise-para-quem-grandes-corporacoes-lucraram-bilhoes-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

TURK, Margaret A. et al. Intellectual and developmental disability and COVID-19 case-fatality trends: TriNetX analysis. **Disability and Health Journal**, v. 13, n. 3, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1936657420300674>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNESCO. Coalizão Global de Educação. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 30 jan. 2022.

VAZ, Kamille; BARCELOS, Liliam Guimarães de; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Propostas para a educação especial em tempos de pandemia: exclusão escancarada. **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16018>. Acesso em: 20 mar. 2022.

VAZ, Kamille. Educação Especial, pandemia e o projeto educativo do capital: a produção de um consenso: THE PRODUCTION OF A CONSENSUS. *Revista Linhas*, v. 22,

n. 49, p. 106-131. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20062>. Acesso em: 29 jan. 2022.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Ensino a distância, dificuldades presenciais: perspectivas em tempos de COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos Em Educação**, p. 1750-1768, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13761>. Acesso em: 11 jul. 2021.

WHO - World Health Organization. Coronavírus Disease (COVID-19). Situation Report - 156, 06 de abr. 2022 . Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 6 abr. 2022.

WONG, Siu Yung et al. Reflection on SARS precautions in a severe intellectual disabilities hospital in Hong Kong. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 49, n. 5, p. 379-384, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2788.2005.00687.x>. Acesso em: 28 ago. 2020.

WRIGHT, Charmaine; STEINWAY, Caren; JAN, Sophie. The crisis close at hand: how COVID-19 challenges long-term care planning for adults with intellectual disability. **Health equity**, v. 4, n. 1, p. 247-248, 2020. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/HEQ.2020.0020>. Acesso em: 29 ago. 2020.

ZEN, Eliesér Toretta; MELO, Douglas Christian Ferrari; LOUBACK, Caio Costa Costa. Capitalismo, trabalho e grupos subalternos: os impactos da covid-19 na vida e saúde dos trabalhadores. *Revista Enfil*, n. 12, p. 138-153, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/45648>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DADOS DAS AUTORAS

SUELEN PRISCILA FERREIRA ALVES

Mestre em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil. E-mail: suelen_ballet@hotmail.com

ROSIMEIRE MARIA ORLANDO

Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005) e pós-doutora pela Universidade Federal de São Carlos - Departamento de Psicologia e Universidade Estadual de Londrina (UEL/Londrina). É coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito à Educação - Educação Especial (UFSCar/São Carlos). E-mail: meire_orlando@ufscar.br

Submetido em: 03-08-2022

Aceito em: 31-10 -2020